



PRÁTICAS E PARADOXOS DA EDUCAÇÃO DIGITAL: TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E RESISTÊNCIAS DECOLONIAIS

PRACTICES AND PARADOXES OF DIGITAL EDUCATION: TECHNOLOGY, INNOVATION, AND DECOLONIAL RESISTANCES

Raimundo Washington dos Santos¹

Resumo: Este artigo analisa os paradoxos da educação digital, marcada simultaneamente por promessas de inovação e riscos de plataformação, vigilância algorítmica e mercantilização do ensino. A partir de uma abordagem qualitativa e de uma revisão bibliográfica orientada pela crítica cultural, discute-se como a pandemia de Covid-19 acelerou a digitalização das escolas, aprofundando desigualdades e tensionando projetos formativos. Em contraponto, propõe-se a economia solidária como horizonte epistemológico e ético-político para reorientar a apropriação das tecnologias, fundamentada em cooperação, autogestão e valorização de saberes locais. O artigo articula ainda as epistemologias do Sul e o pensamento de Maria de Fátima Berenice da Cruz, ressaltando a subjetividade, a autoria e a escuta ativa como práticas pedagógicas de resistência diante da lógica tecnocrática. Conclui-se que a ressignificação do digital depende do compromisso ético e político de educadores e da escola, reafirmando a centralidade do humano e de práticas emancipatórias nos desafios do mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Educação digital. Crítica cultural. Economia solidária. Decolonialidade. Práticas emancipatórias.

ABSTRACT

This article examines the paradoxes of digital education, simultaneously marked by promises of innovation and the risks of platformization, algorithmic surveillance, and the commodification of teaching. Based on a qualitative approach and a literature review guided by cultural criticism, it discusses how the Covid-19 pandemic accelerated the digitalization of schools, deepening inequalities and challenging formative projects. In contrast, it proposes the solidarity economy as an epistemological and ethical-political horizon to reorient the appropriation of technologies, grounded in cooperation, self-management, and the appreciation of local knowledge. The article also draws on Southern epistemologies and the thought of Maria de Fátima Berenice da Cruz, highlighting

¹Raimundo Washington dos Santos (6536123105800220): UNEB-BA – Universidade do Estado da Bahia – Campus II. Alagoinhas, BA, Brasil.

E-mail: admWASHINGTONSANTOS@yahoo.com.br

subjectivity, authorship, and active listening as pedagogical practices of resistance in the face of technocratic logic. It concludes that the re-signification of the digital depends on the ethical and political commitment of educators and schools, reaffirming the centrality of the human element and emancipatory practices in addressing the challenges of the contemporary world.

Keywords: Digital education. Cultural criticism. Solidarity economy. Decoloniality. Emancipatory practices.

Congresso Internacional Conexões Globais

Educação, Inovação,
Produção de Conhecimento e Impacto Social em uma
Perspectiva Interdisciplinar

03, 04 e 05 de novembro 2025



@institutoconexoes360

www.even3.com.br/conexoesglobais



Eixos Temáticos

Tecnologia e Transformação Digital

Empreendedorismo e Sustentabilidade

Saúde, Bem-Estar e Qualidade de Vida

Gestão e Políticas Públicas

Interculturalidade, Direitos Humanos e Cidadania Global

Ciência, Pesquisa e Conhecimento em Rede

Educação Inovadora e Inclusiva

INTRODUÇÃO

O presente momento histórico é atravessado por intensas mudanças nas formas de convivência social, modos de expressão e processos de subjetivação. A cultura digital — marcada pela ubiquidade das redes, aceleração dos tempos sociais e virtualização dos cotidianos — vem transformando profundamente a experiência humana, inclusive no universo educacional. As instituições escolares, tradicionalmente estruturadas sob paradigmas disciplinares analógicos (Horrocks, 2000), encontram-se diante de novas tensões, agora mediadas por tecnologias digitais que redefinem dinâmicas de poder, produção de saber e visibilidade.

É fundamental reconhecer que a inserção de recursos tecnológicos na escola está longe de ser neutra. Contrapondo-se à visão tecnocrática, que equipara inovação ao avanço automático, a perspectiva da crítica cultural evidencia que as tecnologias carregam sentidos, valores e ideologias (Williams, 2003; Giroux, 2010). Longe de atuar apenas como instrumentos funcionais, tais aparatos moldam percepções, modos de pensar e interpretações sobre o mundo.

A ausência de posicionamento crítico diante do discurso inovador tende a reforçar práticas educacionais voltadas para a lógica da performatividade e do mercado, aprofundando racionalidades de matriz neoliberal (Ball, 2012). Nesse contexto, professores e estudantes podem ser reduzidos à condição de meros operadores de plataformas digitais e receptores de conteúdo, perdendo espaço como protagonistas e produtores de conhecimento. É a partir desse ponto de inflexão que esta investigação se constitui: discutir de que modo a tecnologia se entrelaça aos projetos de sociedade e às concepções de formação do sujeito, no campo da educação.

Cabe salientar, entretanto, que esta análise não se pretende neutra ou distanciada. O texto aqui apresentado resulta de uma escrita encarnada, situada e marcada por engajamento

ético-político. Essa escolha metodológica se ancora nas reflexões de Cruz (2023), para quem a

¹Raimundo Washington dos Santos (6536123105800220): UNEB-BA – Universidade do Estado da Bahia – Campus II. Alagoinhas, BA, Brasil.

E-mail: admWASHINGTONSANTOS@yahoo.com.br

leitura, a autoria e a escuta subjetiva no contexto escolar são atos políticos, “possibilitando que o estudante seja coparticipante de uma ação leitora no processo de ensino e aprendizagem. Isto porque ele poderá, junto com o professor(a), criar meios de escuta e de fala que certamente serão respeitados pelo pacto leitor que se estabelecerá no ato da leitura” (Cruz, 2023, p. 19). Ao propor uma análise crítica implicada, busca-se tensionar naturalizações e contribuir para a construção coletiva de sentidos, apostando na subjetividade como eixo de resistência e criação pedagógica.

Embora seja inegável o potencial transformador dos dispositivos digitais — tais como a personalização do ensino, a ampliação do acesso e o fomento à colaboração —, há riscos latentes em seu uso desprovido de reflexão: dispersão da atenção, empobrecimento curricular e novas formas de exclusão simbólica.

Neste sentido, torna-se imprescindível trazer ao centro do debate o referencial ético e pedagógico da economia solidária, entendida aqui não apenas como alternativa socioeconômica, mas como horizonte formativo insurgente. Princípios como cooperação, autogestão e valorização dos saberes coletivos despontam como caminhos possíveis para reorientar o uso das tecnologias educacionais em direção a uma escola mais crítica, democrática e enraizada nas realidades locais.

Vale salientar que o mero acesso à tecnologia não assegura apropriação pedagógica significativa. Estudos recentes reforçam que a qualidade dessa relação depende tanto das condições de infraestrutura quanto da formação docente e do projeto educativo adotado (Kenski, 2012; Azevedo, 2022; Martins et al., 2023). Sem uma postura crítica, há o risco de que a tecnologia seja idolatrada, tratada como solução mágica para dilemas históricos da educação.

Assim, esta pesquisa propõe uma análise rigorosa e engajada do papel das tecnologias na escola, com atenção aos discursos, práticas e contradições presentes em sua adoção institucional. O intuito é compreender os significados atribuídos às tecnologias digitais, seus impactos sobre processos de ensino-aprendizagem, nas relações entre educadores e estudantes, e nos projetos formativos subjacentes às políticas educacionais.

A pergunta central que guia esta análise é: as tecnologias digitais estão sendo apropriadas como instrumentos de emancipação, mediados por práticas críticas, ou acabam por reforçar racionalidades técnicas e mercadológicas? A partir desta questão, busca-se contribuir para uma visão de educação fundamentada na autonomia intelectual, justiça social e formação integral — fundamentos de uma prática democrática e enraizada no compromisso cultural.

Congresso Internacional Conexões Globais

Educação, Inovação,
Produção de Conhecimento e Impacto Social em uma
Perspectiva Interdisciplinar

03, 04 e 05 de novembro 2025

@institutoconexoes360

www.even3.com.br/conexoesglobais



Eixos Temáticos

Tecnologia e Transformação Digital

Empreendedorismo e Sustentabilidade

Saúde, Bem-Estar e Qualidade de Vida

Gestão e Políticas Públicas

Interculturalidade, Direitos Humanos e Cidadania Global

Ciência, Pesquisa e Conhecimento em Rede

Educação Inovadora e Inclusiva

CULTURA, DECOLONIALIDADE E TECNOLOGIA: PERSPECTIVAS CRÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Esta seção parte de uma perspectiva assumidamente crítica, reconhecendo que nenhuma abordagem sobre tecnologia educacional pode ser neutra. Seguindo os referenciais da crítica cultural, a tecnologia é entendida como mais do que um instrumento: trata-se de um artefato simbólico, impregnado de valores sociais, disputas de poder e intenções políticas. Este entendimento rompe com o tecnicismo que frequentemente domina as discussões educacionais, sobretudo aquelas que associam o uso de dispositivos digitais a uma suposta evolução linear da prática pedagógica. Como destaca Stuart Hall (2003), todo artefato cultural, incluindo a tecnologia, articula dimensões materiais e discursivas, participando ativamente da construção de subjetividades e das relações de poder presentes na escola.

Nessa lógica, a tecnologia educativa não se limita à facilitação do acesso ao conhecimento; ela intervém diretamente no modo como se configuram o tempo, a atenção, o corpo e a linguagem dos estudantes. Plataformas digitais, algoritmos e sistemas gamificados, além de mediar processos de ensino e aprendizagem, instituem formas de governança, modelando comportamentos e normas — muitas vezes sob o argumento de neutralidade. Michel Foucault (2000) analisou como as tecnologias, ao lado de outros dispositivos sociais, operam processos de normalização e sujeição dos sujeitos, mesmo em ambientes educacionais.

Diante disso, a crítica cultural nos obriga a perguntar: quem define as tecnologias utilizadas na educação? Quais saberes são legitimados ou marginalizados nesse processo? De que modo essas ferramentas podem, mesmo sem intenção explícita, ampliar desigualdades ou instaurar novas formas de exclusão? Considerando que a escola é um espaço simbólico de disputa de sentidos, a adoção tecnológica deve ser objeto de reflexão constante e não pode ser tratada de maneira acrítica.

Nessa direção, é fundamental reconhecer que a resistência ao tecnicismo e à colonialidade do saber na escola passa também pela valorização da subjetividade, da autoria e

¹Raimundo Washington dos Santos ([6536123105800220](tel:6536123105800220)): UNEB-BA – Universidade do Estado da Bahia – Campus II. Alagoinhas, BA, Brasil.

E-mail: admWASHINGTONSANTOS@yahoo.com.br

da escuta ativa. Como observa Cruz (2023), a leitura subjetiva reforça o papel do estudante como sujeito ativo, cocriador de conhecimentos e capaz de estabelecer pactos de escuta com seus pares e educadores. Assim, a crítica à tecnocracia e ao universalismo se concretiza também em práticas pedagógicas abertas à pluralidade e à valorização dos saberes locais, fundamentos para uma educação emancipadora.

A esse debate soma-se a contribuição dos estudos decoloniais. Autores como Catherine Walsh (2012), Walter D. Mignolo (2011) e Boaventura de Sousa Santos (2010) trazem uma crítica profunda ao eurocentrismo que estrutura o conhecimento escolar, propondo a valorização das epistemologias do Sul e dos saberes marginalizados por processos históricos de dominação. A educação decolonial propõe o reconhecimento e a integração desses saberes ao currículo, rompendo com a pretensão de neutralidade e universalidade do conhecimento científico ocidental.

A questão do colonialismo digital, nesse contexto, torna-se central. Tecnologias educacionais, quando implementadas acriticamente, tendem a reproduzir padrões universais que desconsideram contextos culturais específicos e práticas coletivas. Sistemas baseados em inteligência artificial, por exemplo, frequentemente refletem vieses de origem e padronizam modos de ensinar e aprender, desfavorecendo grupos culturalmente diversos. A imposição de modelos digitais universais pode silenciar vozes e saberes locais, especialmente de povos indígenas, comunidades negras e populações rurais — um problema amplamente discutido por Quijano (2000) ao abordar a persistência da colonialidade do saber mesmo após o fim do colonialismo formal.

Retomar a ideia de Paulo Freire (1996) sobre educação como prática da liberdade é, portanto, fundamental: a presença das tecnologias na escola precisa ser constantemente interrogada, para que não sirvam apenas à manutenção de lógicas hegemônicas e tecnocráticas.

Nesse contexto, a economia solidária desponta como alternativa real para a construção de práticas pedagógicas contra-hegemônicas. Embora mais frequente nos debates sobre políticas públicas e economia social, autores como Singer (2002) e Gaiger (2011) discutem seu potencial de inspirar processos educativos fundamentados em cooperação, autogestão e valorização dos saberes coletivos. Ao serem integrados à escola — inclusive em práticas mediadas por tecnologias —, esses princípios podem fortalecer redes de aprendizagem colaborativa, resgatar o protagonismo dos sujeitos e valorizar o conhecimento vinculado aos territórios.

Congresso Internacional Conexões Globais

Educação, Inovação,
Produção de Conhecimento e Impacto Social em uma
Perspectiva Interdisciplinar

03, 04 e 05 de novembro 2025

@institutoconexoes360

www.even3.com.br/conexoesglobais



Eixos Temáticos

Tecnologia e Transformação Digital

Empreendedorismo e Sustentabilidade

Saúde, Bem-Estar e Qualidade de Vida

Gestão e Políticas Públicas

Interculturalidade, Direitos Humanos e Cidadania Global

Ciência, Pesquisa e Conhecimento em Rede

Educação Inovadora e Inclusiva

Com isso, defender o uso crítico e contextualizado das tecnologias educacionais significa reconhecê-las como meios, e não fins, do processo formativo. Exige intencionalidade pedagógica, compromisso ético e reflexão política — elementos essenciais para a promoção da emancipação, do diálogo intercultural e da justiça social no cotidiano escolar.

METODOLOGIA

Tipo de estudo. Pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter exploratório, alinhada à crítica cultural.

Fonte e período. Levantamento realizado no Google Acadêmico, no período de 2016 a 2023. Descritores de busca. “tecnologia e educação”, “inovação pedagógica”, “mediação digital”, “educação crítica” e “cultura digital”.

Identificação e seleção. Foram inicialmente identificadas aproximadamente 40 publicações. Após leitura exploratória dos títulos, resumos e, quando necessário, do texto completo, aplicaram-se critérios de inclusão (pertinência temática ao objeto, diálogo com pedagogia crítica e/decolonialidade, relevância no campo da educação) e exclusão (duplicatas, desvio de escopo, ausência de aderência teórica). Resultaram 15 textos selecionados, que compõem o corpus de análise.

Procedimentos. Os textos selecionados foram lidos integralmente, com fichamento padronizado (autor, objetivo, método, principais achados e implicações).

Técnica principal de análise. Análise crítica do discurso, organizada em categorias definidas a priori e refinadas no processo analítico: (i) discursos de inovação; (ii) formação docente; (iii) relações de poder e governamentalidade algorítmica; (iv) exclusão/desigualdade digital; (v) mediação pedagógica e cultura escolar.

Procedimentos de garantia de rigor: triangulação entre autores de referência (Freire, Williams, Giroux, Ball, Kenski, Hall) e confrontação entre estudos com posições distintas.

¹Raimundo Washington dos Santos (6536123105800220): UNEB-BA – Universidade do Estado da Bahia – Campus II. Alagoinhas, BA, Brasil.
E-mail: admWASHINGTONSANTOS@yahoo.com.br

Vinculação à pergunta de pesquisa. A técnica adotada permite examinar se, e como, as tecnologias digitais são apropriadas como instrumentos de emancipação ou reforçam lógicas tecnocráticas e mercadológicas no contexto educacional, respondendo diretamente à questão central do estudo.

Limitações. Como revisão bibliográfica, os achados dependem do recorte temporal (2016–2023), dos descritores utilizados e da disponibilidade de textos na base consultada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura recente sobre a inserção das tecnologias digitais no campo educacional revela uma paisagem marcada por ambivalências e disputas. Os discursos predominantes ora celebram a inovação tecnológica como promotora de uma revolução pedagógica, ora alertam para os riscos de uma adesão acrítica aos imperativos da tecnificação escolar. Esse cenário paradoxal evidencia que a tecnologia, longe de atuar como solução universal, opera em meio a estruturas, valores e interesses que muitas vezes a limitam e redirecionam seus efeitos.

De um lado, numerosos estudos ressaltam o potencial das tecnologias digitais para reconfigurar práticas pedagógicas, promover a autonomia dos estudantes, diversificar tempos e espaços de aprendizagem, ampliar o acesso à informação e favorecer dinâmicas colaborativas (Kenski, 2012; Azevedo, 2022). Kobs e Junior (2016) destacam que o uso intencional e planejado de recursos digitais pode estimular autoria, criatividade e pensamento crítico, deslocando o protagonismo da aula expositiva tradicional para ambientes interativos, nos quais os estudantes se tornam agentes ativos na construção do saber.

Entretanto, a realização dessas potencialidades não ocorre no vazio. Como afirmam Martins et al. (2023), o impacto pedagógico dos recursos digitais está diretamente condicionado à existência de infraestrutura adequada, formação docente contínua e projetos pedagógicos integradores. Sem essas condições, a presença da tecnologia tende a se restringir a usos superficiais, limitados à transmissão fragmentada de conteúdos ou à mera reprodução de modelos didáticos descontextualizados.

A literatura também revela que parte significativa da produção científica e das políticas públicas ainda é atravessada por discursos normativos e entusiastas, em que a tecnologia surge como “bala de prata” para as dificuldades históricas da escola. Tal narrativa, amplamente disseminada, muitas vezes ignora determinantes sociais da aprendizagem, conflitos curriculares

Congresso Internacional Conexões Globais

Educação, Inovação,
Produção de Conhecimento e Impacto Social em uma
Perspectiva Interdisciplinar

03, 04 e 05 de novembro 2025

@institutoconexoes360

www.even3.com.br/conexoesglobais



Eixos Temáticos

Tecnologia e Transformação Digital

Empreendedorismo e Sustentabilidade

Saúde, Bem-Estar e Qualidade de Vida

Gestão e Políticas Públicas

Interculturalidade, Direitos Humanos e Cidadania Global

Ciência, Pesquisa e Conhecimento em Rede

Educação Inovadora e Inclusiva

e a complexidade das relações institucionais. Giroux (2010) chama atenção para o risco de que, sem um projeto político-pedagógico emancipador, a tecnologia acabe por reforçar mecanismos de exclusão, vigilância e reprodução da lógica neoliberal no cotidiano escolar.

Stephen Ball (2012), ao analisar os processos de reforma educacional em escala global, destaca como a retórica da inovação tecnológica é apropriada por organismos multilaterais e setores empresariais para legitimar políticas de padronização curricular, avaliações em larga escala e responsabilização docente. Nesse sentido, as tecnologias digitais não apenas refletem tendências técnicas, mas integram um modelo de governança voltado para eficiência, mensuração de resultados e controle algorítmico dos processos pedagógicos.

Esse movimento se traduz, na prática, na crescente dependência de plataformas educacionais geridas por grandes corporações privadas, que passam a definir fluxos de tempo, conteúdos e formatos de interação. A chamada “lógica do dashboard”, típica dessas plataformas, converte o processo educativo em um sistema de indicadores, rankings e metas, reduzindo a experiência de ensino-aprendizagem a parâmetros de produtividade. Como ressalta Santos (2020), essa governamentalidade digital compromete a autonomia docente e o desenvolvimento de uma formação crítica, ao subordinar o saber pedagógico às exigências de desempenho e mercantilização.

Outro ponto recorrente é a persistente desigualdade no acesso e apropriação das tecnologias digitais. Apesar dos discursos oficiais sobre inclusão digital, os dados mostram que a chamada “cidadania conectada” permanece seletiva e fragmentada. Variáveis como renda, localização, raça e gênero influenciam fortemente a qualidade do acesso, aprofundando novas e antigas formas de exclusão social. O conceito de “capital tecnológico” torna-se chave para compreender como a posse de competências digitais distribui-se desigualmente na sociedade, problematizando a romantização dos “nativos digitais” (Prensky, 2001).

Além das desigualdades estruturais, a literatura aponta para efeitos colaterais do uso massivo de tecnologia na escola, intensificados especialmente no contexto pós-pandemia. Entre

¹Raimundo Washington dos Santos (6536123105800220): UNEB-BA – Universidade do Estado da Bahia – Campus II. Alagoinhas, BA, Brasil.

E-mail: admWASHINGTONSANTOS@yahoo.com.br

eles estão a sobrecarga informacional, a dispersão da atenção, o enfraquecimento das relações humanas e a dependência excessiva de dispositivos. Azevedo (2022) ressalta que a presença hegemônica da tecnologia, sem mediação crítica, pode transformar o ensino em mera sequência de tarefas mecânicas, empobrecendo o tempo do pensamento e esvaziando a experiência educativa.

Diante desse panorama, perspectivas pedagógicas que valorizam a mediação humana e a autoria ganham centralidade. Nesse contexto, torna-se central afirmar que a mediação pedagógica permanece insubstituível. A lição de Paulo Freire (1996) segue atual: ensinar exige encontro, diálogo, corporeidade, presença — dimensões que escapam à lógica algorítmica das plataformas digitais. Os meios digitais podem enriquecer as práticas de aprendizagem, desde que articulados com intencionalidade formativa, criticidade e uma formação docente que supere a visão técnica e instrumental.

É nessa perspectiva que se pode aproximar a crítica cultural das reflexões de Cruz (2023), que entende a leitura subjetiva como ato político de transformação do sujeito frente à sua realidade. Esse olhar destaca a importância de reconhecer o estudante como sujeito ativo e cocriador do conhecimento, capaz de estabelecer pactos de escuta e autoria com professores e colegas. Tal enfoque reforça a crítica à mercantilização e à tecnocracia, propondo práticas pedagógicas que valorizem a subjetividade, a autoria e a coautoria como resistência à lógica dos algoritmos e da padronização.

Por fim, a análise da produção acadêmica revela que a integração das tecnologias ao cotidiano escolar é tudo, menos linear ou consensual. Trata-se de um campo de forças, como destaca Raymond Williams (2003), onde diferentes projetos de sociedade, educação e subjetividade estão em disputa. A escola, diante desse cenário, precisa se reinventar a partir das brechas, criando sentidos próprios e afirmando sua autonomia e protagonismo na construção de novas práticas pedagógicas.

Economia Solidária e Transformação Digital: Princípios para uma Escola Democrática

O avanço da plataformização nas escolas e a crescente imposição da lógica da performatividade — tal como analisa Ball (2012) — intensificam os desafios de uma educação que busque autonomia, justiça social e sentido comunitário. O contexto contemporâneo tem sido fortemente marcado pela centralidade das métricas, pelo domínio dos algoritmos e pelo foco em indicadores de desempenho, elementos que contribuem para a mercantilização do ensino e o esvaziamento do papel formativo da escola.

Congresso Internacional Conexões Globais

Educação, Inovação,
Produção de Conhecimento e Impacto Social em uma
Perspectiva Interdisciplinar

03, 04 e 05 de novembro 2025

@institutoconexoes360

www.even3.com.br/conexoesglobais



Eixos Temáticos

Tecnologia e Transformação Digital

Empreendedorismo e Sustentabilidade

Saúde, Bem-Estar e Qualidade de Vida

Gestão e Políticas Públicas

Interculturalidade, Direitos Humanos e Cidadania Global

Ciência, Pesquisa e Conhecimento em Rede

Educação Inovadora e Inclusiva

Nesse cenário, a economia solidária, tradicionalmente debatida na sociologia econômica e nas políticas públicas (Singer, 2002; Gaiger, 2011), é aqui ressignificada como eixo epistemológico para repensar o uso das tecnologias no cotidiano escolar. Mais do que buscar a eficiência instrumental, trata-se de recolocar questões éticas, políticas e comunitárias no centro do debate pedagógico.

Sob a ótica da crítica cultural e das epistemologias do Sul, a reflexão vai além do simples uso das tecnologias para ensinar conteúdos sobre economia solidária. O desafio é estruturar o próprio uso das ferramentas digitais a partir dos valores que fundamentam esse paradigma: cooperação, reciprocidade, horizontalidade e valorização dos territórios e saberes locais. Essa mudança desloca a discussão da eficiência técnica para o campo da intencionalidade política e do compromisso social, reconhecendo que toda tecnologia educativa está permeada por escolhas e disputas simbólicas.

É nesse ponto que as contribuições da Profa. Maria de Fátima Berenice da Cruz, se tornam fundamentais. Cruz (2023, p. 18-21) destaca que a leitura subjetiva na escola é um ato político que promove a transformação do sujeito e reforça a necessidade de reconhecer o estudante como coautor do conhecimento e protagonista da escuta ativa. Essa perspectiva amplia o horizonte da economia solidária, ao conectar seus princípios éticos e comunitários às práticas pedagógicas de autoria, cooperação e resistência contra os modelos tecnocráticos e mercantilizantes.

No plano prático, isso implica recusar plataformas que individualizam o estudante, atomizam experiências e padronizam processos de ensino, restringindo-se a dashboards, avaliações automatizadas e videoaulas. Em contrapartida, é possível promover experiências mediadas por tecnologia que estimulem redes colaborativas, construção coletiva do conhecimento e integração com a comunidade. Projetos interdisciplinares, bancos de dados comunitários, mapeamentos de saberes locais e feiras virtuais de trocas são exemplos reais de

¹Raimundo Washington dos Santos (6536123105800220): UNEB-BA – Universidade do Estado da Bahia – Campus II. Alagoinhas, BA, Brasil.
E-mail: admWASHINGTONSANTOS@yahoo.com.br

como as tecnologias podem fortalecer laços de pertencimento, afetividade e protagonismo estudantil.

Diversos autores defendem a economia solidária como uma “pedagogia do comum”: propõe-se uma práxis colaborativa, com gestão compartilhada de saberes e responsabilidades, em oposição à pedagogia neoliberal centrada na competição, gamificação e responsabilização individual. Esse horizonte privilegia o sentido de comunidade, a construção coletiva de conhecimento e o compromisso ético, deslocando a ênfase da produtividade para experiências democráticas e emancipatórias.

Esse debate dialoga diretamente com a proposta da educação decolonial, que convoca a escola a desafiar regimes de verdade e modelos de conhecimento impostos por hegemonias culturais. Ambas as abordagens valorizam saberes historicamente silenciados e propõem a reinvenção da escola como espaço de formação integral, onde a tecnologia é mediadora consciente, situada e contextualizada — nunca mero fim ou produto de consumo.

Por isso, torna-se fundamental que educadores e instituições recusem tecnologias impostas por modismo, pressão institucional ou lógica mercadológica. A apropriação crítica dos recursos digitais deve estar conectada a um projeto pedagógico mais amplo, orientado para o bem viver, a cidadania ativa e a valorização dos territórios. Integrada aos princípios da economia solidária, a tecnologia deixa de ser instrumento de reprodução para tornar-se ferramenta de reinvenção pedagógica — abrindo caminhos para práticas contra-hegemônicas, comunitárias e profundamente democráticas.

Do Ensino Presencial ao Ecossistema Digital: A Pandemia e a Explosão da Plataformização

A pandemia de Covid-19 acelerou de modo irreversível a digitalização das escolas, transformando-as em ecossistemas mediados por plataformas digitais, algoritmos e corporações globais (Srnicek, 2017; Andrejevic, 2014). Ferramentas como Google Classroom, Moodle e Microsoft Teams, antes acessórias, tornaram-se centrais para a organização pedagógica, impondo cronogramas digitais, indicadores de presença e ambientes fechados de interação e avaliação (Azevedo, 2022).

O ecossistema digital que emergiu na educação contemporânea envolve múltiplos atores cujas interações moldam profundamente as dinâmicas pedagógicas. As escolas e os educadores, embora mediadores essenciais, frequentemente se veem submetidos a plataformas digitais geridas por grandes corporações tecnológicas, que estabelecem regras, monitoram dados e

Congresso Internacional Conexões Globais

Educação, Inovação,
Produção de Conhecimento e Impacto Social em uma
Perspectiva Interdisciplinar

03, 04 e 05 de novembro 2025

@institutoconexoes360

www.even3.com.br/conexoesglobais



Eixos Temáticos

Tecnologia e Transformação Digital

Empreendedorismo e Sustentabilidade

Saúde, Bem-Estar e Qualidade de Vida

Gestão e Políticas Públicas

Interculturalidade, Direitos Humanos e Cidadania Global

Ciência, Pesquisa e Conhecimento em Rede

Educação Inovadora e Inclusiva

definem padrões de ensino e avaliação (Srnicek, 2017). Os estudantes, por sua vez, navegam nesse ambiente como sujeitos ativos, mas também como produtores de dados e alvo de sistemas de vigilância algorítmica, impactados pela lógica da performatividade e da padronização. Paralelamente, governos e políticas públicas desempenham papel ambíguo, ora promovendo a inclusão digital, ora replicando desafios estruturais históricos que limitam o acesso equitativo e a qualidade do ensino remoto (Azevedo, 2022).

Nesse cenário, professores e estudantes foram relegados ao papel de coprodutores de dados, monitorados por métricas e sistemas automatizados, com pouca margem para subjetivação ou cocriação pedagógica. A experiência de ensino remoto, muitas vezes implementada sem preparação crítica, resultou em práticas fragmentadas e desumanizadas, onde o ensino se reduziu à transmissão mecânica de conteúdos, fragilizando o vínculo humano e o espaço para o diálogo formativo.

É nesse contexto que a contribuição da pesquisadora Maria de Fátima Berenice da Cruz (2023) oferece um contraponto essencial à lógica dominante das plataformas digitais. Em seu artigo “O exercício da leitura subjetiva como ato político”, a autora afirma: “Assim sendo, o exercício da leitura subjetiva na sala de aula deve ser antes de tudo um ato político de transformação do sujeito frente a sua realidade.” (Cruz, 2023, p. 25)

Essa perspectiva reforça que, mesmo em ambientes mediados por tecnologia, é necessário criar espaço para que o estudante se perceba como protagonista do seu processo formativo e para que a leitura cumpra sua função emancipadora, favorecendo o pensamento crítico e a autonomia.

Ao associar essa concepção de leitura subjetiva aos princípios da economia solidária — cooperação, reciprocidade e pertencimento —, amplia-se o horizonte de uma pedagogia digital verdadeiramente democrática, capaz de romper com a adaptação passiva às plataformas e construir caminhos de protagonismo coletivo. Nessa abordagem, a escola não se limita a

¹Raimundo Washington dos Santos (6536123105800220): UNEB-BA – Universidade do Estado da Bahia – Campus II. Alagoinhas, BA, Brasil.
E-mail: admWASHINGTONSANTOS@yahoo.com.br

adaptar-se às plataformas, mas reivindica seu papel de mediadora de sentidos, criando experiências de aprendizagem que vão além da lógica dos dashboards e dos algoritmos.

Por fim, a digitalização imposta pela pandemia evidenciou vulnerabilidades já existentes — carência de infraestrutura, ausência de formação docente adequada e falhas no suporte remoto. O desafio agora é reconstruir práticas pedagógicas que aliem o uso crítico das tecnologias à valorização dos sujeitos e dos territórios, promovendo uma educação que seja, acima de tudo, humana, transformadora e capaz de afirmar sua autonomia diante da lógica algorítmica.

Para Além do Mercado: Resistências Pedagógicas na Era da Educação Digital

Nos últimos anos, o avanço da digitalização no campo educacional caminhou lado a lado com o aprofundamento das dinâmicas de mercado, configurando um cenário global em que o ensino assume as características de um produto mensurável e controlável. Essa mercantilização, intrinsicamente associada à plataformização, revela o deslocamento das tecnologias digitais do papel de ferramentas neutras para agentes reguladores do processo de ensino, submetendo a prática pedagógica a padrões de produtividade e competitividade, em detrimento da formação crítica e emancipadora (Srnicek, 2017).

Sob essa lógica, a aprendizagem é reduzida a métricas, indicadores de desempenho e resultados quantitativos, restringindo a atuação de estudantes e professores à repetição de tarefas programadas. O mercado educacional digital se sustenta na promessa de customização e personalização da aprendizagem, baseada em algoritmos e no uso massivo de dados. Contudo, esse modelo tende a ignorar realidades socioculturais complexas, homogeneizando processos educativos e restringindo a diversidade de experiências (Ball, 2012). Ferramentas como plataformas adaptativas, sistemas de avaliação digital e inteligência artificial tornam-se mecanismos de conformação subjetiva, orientados por padrões de consumo e métricas de sucesso.

Como evidencia Azevedo (2022), a dependência crescente de dispositivos e plataformas voltadas para o controle de dados, a automação da aprendizagem e a padronização das avaliações conduz a um modelo educacional fragmentado, desumanizado e guiado por algoritmos. Ambientes digitais como Google Classroom ou Khan Academy, ao se consolidarem como mediadores centrais do ensino, acabam por limitar a autonomia docente, impondo decisões sobre conteúdo, método e ritmo em conformidade com lógicas corporativas. A suposta

Congresso Internacional Conexões Globais

Educação, Inovação,
Produção de Conhecimento e Impacto Social em uma
Perspectiva Interdisciplinar

03, 04 e 05 de novembro 2025

@institutoconexoes360

www.even3.com.br/conexoesglobais



Eixos Temáticos

Tecnologia e Transformação Digital

Empreendedorismo e Sustentabilidade

Saúde, Bem-Estar e Qualidade de Vida

Gestão e Políticas Públicas

Interculturalidade, Direitos Humanos e Cidadania Global

Ciência, Pesquisa e Conhecimento em Rede

Educação Inovadora e Inclusiva

personalização, nessa perspectiva, é reduzida a uma padronização eficiente para o mercado, sem necessariamente promover autonomia criativa ou pensamento crítico.

É neste cenário de desafios e riscos que se destaca o pensamento da Profa. Maria de Fátima Berenice da Cruz, cuja obra sobre leitura subjetiva e práxis política na escola serve de fundamento para uma resistência pedagógica robusta. Autores da pedagogia crítica, como Giroux (2010) e Cruz (2023), entre outros, reforçam a importância de práticas educativas que recuperem autoria, escuta e engajamento ético no processo formativo. Cruz, ao discutir o exercício da leitura subjetiva como ato político, afirma:

Esse exercício promoverá ao estudante a possibilidade de que ele seja coparticipante de uma ação leitora no processo de ensino e aprendizagem. Isto porque ele poderá, junto com o professor(a), criar meios de escuta e de fala que certamente serão respeitados pelo pacto leitor que se estabelecerá no ato da leitura. (Cruz, 2023, p. 19)

Esse entendimento rompe com a lógica tecnicista e mercantilizada, ao recolocar o estudante e o professor como sujeitos do processo formativo, protagonistas de um pacto pedagógico baseado na escuta, na autoria e na criação coletiva de sentidos.

Mais adiante, Cruz aprofunda sua posição ao afirmar: “Assim sendo, o exercício da leitura subjetiva na sala de aula deve ser antes de tudo um ato político de transformação do sujeito frente a sua realidade.” (Cruz, 2023, p. 25)

Tal perspectiva vai além da crítica abstrata à mercantilização e oferece um horizonte concreto de resistência: repensar o espaço escolar como território de produção de sentidos, coautoria e emancipação. Para Cruz, é fundamental criar práticas pedagógicas em que o estudante se reconheça como sujeito do processo, protagonista da leitura, da escuta e da autoria.

Nesse contexto, a resistência não se faz apenas pela negação da tecnologia, mas pela sua reapropriação crítica, voltada à construção de sentidos, à produção coletiva do conhecimento e à promoção de práticas educativas inclusivas e democráticas. A pedagogia crítica defendida por Giroux (2010) dialoga diretamente com essa visão, ao propor que a educação digital

¹Raimundo Washington dos Santos (6536123105800220): UNEB-BA – Universidade do Estado da Bahia – Campus II. Alagoinhas, BA, Brasil.
E-mail: admWASHINGTONSANTOS@yahoo.com.br

emancipadora deve formar sujeitos reflexivos, capazes de questionar, ressignificar e transformar a própria realidade.

A economia solidária, neste cenário, aparece como um aliado estratégico da resistência. Suas práticas colaborativas, descentralizadas e orientadas pelo bem comum são potencializadas pela leitura subjetiva e pela escuta ativa, como propõe Cruz. É nesse entrelaçamento que a economia solidária ultrapassa o campo econômico e passa a inspirar experiências pedagógicas de cooperação, compromisso comunitário e solidariedade, desafiando a lógica neoliberal das tecnologias educacionais.

Portanto, é necessário que educadores e escolas assumam uma postura ética, reflexiva e engajada diante das tecnologias digitais. Resistir criticamente ao digital significa intervir em seus efeitos pedagógicos, sociais e políticos: questionar, adaptar e, quando necessário, reinventar práticas. Essas práticas não rejeitam a tecnologia, mas a ressignificam a partir de valores éticos, solidários e democráticos. Práticas inclusivas, solidárias e voltadas à formação plena dependem desse engajamento ativo e coletivo. Como ensina Cruz (2023), a escola precisa ser espaço de escuta, de autoria e de transformação, sempre aberta à invenção de novas formas de ser, pensar e aprender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa demonstrou que a tecnologia, no campo educacional, não pode ser entendida como instrumento neutro, mas como artefato cultural atravessado por disputas políticas, ideológicas e simbólicas. A análise da literatura permitiu responder à questão central do estudo: as tecnologias digitais podem, sim, favorecer processos emancipatórios, mas quando adotadas sem reflexão crítica tendem a reforçar lógicas tecnocráticas e mercadológicas.

O trabalho confirmou que a pandemia acelerou a digitalização das escolas, evidenciando ao mesmo tempo oportunidades (inovação, colaboração, novos espaços de aprendizagem) e riscos (plataformização, vigilância algorítmica, exclusão digital). Assim, a pergunta de pesquisa se responde em termos paradoxais: as tecnologias podem ser emancipadoras ou reprodutoras de desigualdades, dependendo do projeto político-pedagógico que as orienta.

Diante desse cenário, reafirma-se a centralidade da formação docente crítica e da construção de projetos pedagógicos enraizados em valores democráticos, colaborativos e solidários. A economia solidária e as epistemologias do Sul mostraram-se referenciais

Congresso Internacional Conexões Globais

Educação, Inovação,
Produção de Conhecimento e Impacto Social em uma
Perspectiva Interdisciplinar

03, 04 e 05 de novembro 2025

@institutoconexoes360

www.even3.com.br/conexoesglobais



Eixos Temáticos

Tecnologia e Transformação Digital

Empreendedorismo e Sustentabilidade

Saúde, Bem-Estar e Qualidade de Vida

Gestão e Políticas Públicas

Interculturalidade, Direitos Humanos e Cidadania Global

Ciência, Pesquisa e Conhecimento em Rede

Educação Inovadora e Inclusiva

consistentes para reorientar o uso das tecnologias em direção a uma escola inclusiva, capaz de valorizar saberes locais e promover justiça social.

Como perspectivas futuras, sugere-se ampliar investigações empíricas em escolas e comunidades, observando como princípios de economia solidária, autoria e leitura subjetiva podem ser aplicados na prática pedagógica mediada por tecnologias digitais. Além disso, recomenda-se o acompanhamento contínuo das transformações tecnológicas, para avaliar seus impactos e construir alternativas pedagógicas emancipatórias.

Por fim, conclui-se que a educação do futuro exigirá coragem política e compromisso coletivo para enfrentar contradições do presente, resistir à mercantilização e afirmar práticas que coloquem a tecnologia a serviço da emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ANDREJEVIC, M. Surveillance in the age of digital capitalism. *Surveillance & Society*, v. 12, n. 2, p. 184-199, 2014.

AZEVEDO, A. L. P. F. Usos da tecnologia na educação: uma revisão bibliográfica. *REUNINA – Revista de Educação da Faculdade Unina*, v. 3, n. 1, p. 89-107, 2022.

BALL, S. J. *Educação global S.A.: novas redes de políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 2012.

CRUZ, M. F. B. O exercício da leitura subjetiva como ato político. *Pontos de Interrogação: Revista de Crítica Cultural*, Feira de Santana, v. 13, n. 2, p. 17-39, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint/article/view/v13n2p17>. Acesso em: 2 ago. 2025.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Ivan Teixeira. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

¹Raimundo Washington dos Santos ([6536123105800220](https://orcid.org/0000-0001-9151-4060)): UNEB-BA – Universidade do Estado da Bahia – Campus II. Alagoinhas, BA, Brasil.
E-mail: admWASHINGTONSANTOS@yahoo.com.br

GAIGER, Luiz Inácio. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 26, n. 2, p. 513-545, maio/ago. 2011.

GIROUX, H. A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GIROUX, H. A. *The university in chains: confronting the military-industrial-academic complex*. New York: Paradigm Publishers, 2007.

HORROCKS, C. *Michel Foucault: do saber ao poder*. Tradução de Valéria Wahbe. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

KENSKI, V. M. *Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação*. 6. ed. Campinas: Papirus, 2012.

KOBS, F. F.; CASAGRANDE JUNIOR, E. F. O papel das tecnologias digitais na educação: perspectivas para além dos muros da escola. *Revista de Ciências da Educação, Americana*, v. 34, p. 41-73, jan./jun. 2016. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i2.40300>.

MARTINS, S. P. et al. O lugar das tecnologias na Educação Básica: um estado do conhecimento dos anais do EDUCERE (2008-2019). *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 15, n. 43, p. 562-578, 2023.

MIGNOLO, W. *The darker side of western modernity: global futures, decolonial options*. Durham: Duke University Press, 2011.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *Revista de Ciencias Sociales*, v. 9, p. 59-77, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O futuro começa agora: da pandemia à utopia*. Lisboa: Edições 70, 2020.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SRNICEK, N. *Platform capitalism*. Cambridge: Polity Press, 2017.

WALSH, C. Pedagogías decoloniales: prácticas y posturas ante el currículo. *Revista Iberoamericana de Educación*, v. 58, p. 145-167, 2012.

WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: UNESP, 2003.